

SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 07.727.966/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e societárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A Serra do Fação Energia S.A. ao final do exercício de 2011, já em período operacional, obteve alguns resultados que merecem destaque, tendo sido os principais: Lucro Líquido de R\$ 15.599 milhões, com uma margem líquida de 6,96%, representando 16% de variação acima das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração, início de amortização do financiamento do empréstimo junto ao BNDES, constituição da conta reserva do BNDES no valor aproximado de R\$ 24 milhões, atingimento do nível máximo do reservatório, a geração de energia elétrica em plena capacidade, a operação da usina em carga isolada em substituição à CELG possibilitando uma maior confiabilidade ao suprimento de energia à região, o pleno desenvolvimento dos programas sócio ambientais autorizados pelo IBAMA, a manutenção do excelente nível de qualidade da água do reservatório e a continuação da formação das Áreas de Preservação Permanente em suas margens. **Perfil do Empreendimento.** Em 28 de junho de 2001, a Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL realizou o Leilão nº 002/2001, por meio do qual o Grupo de Empresas Associadas Serra do Fação - GEFAC arrematou a concessão para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no rio São Marcos, entre os municípios de Catalão, Davinópolis, Campo Alegre, Ipameri e Cristalina, Estado de Goiás e Paracatu no Estado de Minas Gerais. O Contrato de Concessão 129/2001 – ANEEL – UHE Serra do Fação e seus aditivos regulam a referida exploração da UHE Serra do Fação. A Usina Hidroelétrica, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 16 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial de 17 de outubro de 2001, tem potência instalada de 212,58 MW e as instalações de transmissão compreendem uma linha de transmissão, em 138 kV, com 32,5 Km de extensão, circuito duplo, conectando-se à Subestação Catalão. A energia assegurada da Usina Hidroelétrica é de 182,4 MW médios, sendo que nesse total estão incluídos 76,7 MW médios relativos a ganhos incrementais e jusante. O Contrato de Concessão prevê que a concessão para o Aproveitamento Hidroelétrico seja exercida pelo Consórcio Grupo de Empresas Associadas Serra do Fação - Consórcio GEFAC. As empresas integrantes do Consórcio GEFAC formalizaram requerimento à ANEEL para a transferência da concessão de geração para a România Participações S.A. anuindo pela Resolução Autorizativa 814, de 14 de fevereiro de 2007. A referida resolução prevê o encaminhamento por parte das concessionárias do Instrumento Particular de Distrito e de Extinção do Consórcio GEFAC, o qual ocorreu em 4 de abril de 2008, além da assinatura do termo aditivo ao Contrato de Concessão, no qual consta a referida transferência. Em 31 de dezembro de 2011, a composição acionária da Sociedade e as respectivas participações eram as seguintes:

Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,4737%
Alcoa Alumínio S.A.	34,9737%
DME Energética S.A.	10,0877%
Camargo Corrêa Energia S.A.	5,4649%
	<u>100,0000%</u>

A Participação Acionária é composta por ações Ordinárias e Preferenciais, conforme a seguir:

AÇÕES ORDINÁRIAS

Furnas Centrais Elétricas S.A.	37,4023%
Alcoa Alumínio S.A.	43,3294%
DME Energética S.A.	12,4978%
Camargo Corrêa Energia S.A.	6,7705%
	<u>100,0000%</u>

AÇÕES PREFERENCIAIS

Furnas Centrais Elétricas S.A.	100%
Alcoa Alumínio S.A.	0%
DME Energética S.A.	0%
Camargo Corrêa Energia S.A.	0%
	<u>100,0000%</u>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2011	2010
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.606	7.368
Contas a receber - Partes relacionadas	13	24.012	20.367
Tributos e contribuições sociais	5	23.021	28.720
Outros créditos		541	1.223
Total do ativo circulante		<u>71.180</u>	<u>57.678</u>
Não Circulante			
Realizável a longo prazo:			
Aplicação financeira	6	23.825	-
Caução e depósitos vinculados	8	67.473	62.001
Tributos e contribuições sociais	5	28.856	31.389
Tributos diferidos	7	1.134	3.531
Partes relacionadas	13	2.543	2.006
Imobilizado	9	979.258	975.856
Total do ativo não circulante		<u>1.103.089</u>	<u>1.074.794</u>
Total do Ativo		<u>1.174.269</u>	<u>1.132.462</u>
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	18.145	5.862
Financiamentos - BNDES	12	85.088	43.582
Dividendos declarados	13	2.033	-
Tributos e contribuições sociais	5	1.846	1.664
Encargos do consumidor a recolher	11	10.447	9.093
Outros passivos circulantes		560	314
Total do passivo circulante		<u>118.119</u>	<u>60.515</u>
Não Circulante			
Financiamentos - BNDES	12	508.911	545.658
Partes relacionadas	13	67.577	157.018
Provisões	15	5.768	5.413
Total do passivo não circulante		<u>582.256</u>	<u>708.089</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	467.368	370.899
Reservas de lucros	14	6.526	-
Prejuízos acumulados		-	(7.040)
Total do patrimônio líquido		<u>473.894</u>	<u>363.859</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>1.174.269</u>	<u>1.132.462</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Notas	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros/Prejuízos acumulados		Total
		Social	Reservas	Legal	Investimentos	acumulados	Total	
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		314.000	-	-	-	-	(3.810)	310.190
Aumento de capital social	14	56.899	-	-	-	-	-	56.899
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(3.230)	(3.230)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		370.899	-	-	-	(7.040)	(3.230)	363.859
Aumento de capital social	14	96.469	-	-	-	-	-	96.469
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.599	15.599	-
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	14 (b)	-	428	-	-	(428)	-	-
Dividendos propostos - R\$ 4,35 por lote mil ações	14 (c)	-	-	-	-	(2.033)	(2.033)	-
Apropriação para reserva para investimentos	14 (d)	-	-	-	6.098	(6.098)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		467.368	428	-	6.098	(6.098)	-	473.894

Situação do Empreendimento. A Usina Hidroelétrica Serra do Fação iniciou a operação comercial da Unidade Geradora nº 01 em 13 de julho de 2010, através do Despacho ANEEL nº 2.001 de 12 de julho de 2010, publicado no DOU em 13 de julho de 2010 e a Unidade Geradora nº 02 teve sua operação comercial autorizada pela ANEEL, em 7 de agosto de 2010, através do Despacho ANEEL nº 2274 de 6 de agosto de 2010, publicado no DOU em 9 de agosto de 2010. O Empreendimento, em conjunto com outras hidroelétricas, participa do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento instituído pelo Governo Federal visando garantir o fornecimento de energia elétrica para os próximos anos, sendo que a UHE Serra do Fação foi inaugurada oficialmente em 19 de outubro de 2010 pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, até então na época, Luiz Inácio Lula da Silva. A SEFAC obteve do BNDES a autorização para concessão de financiamento no valor de R\$ 520 milhões, firmado no Contrato de Financiamento nº 09.2.0124-1, em 05 de março de 2009 e também obteve um financiamento suplementar no valor de R\$ 56 milhões, firmado no Contrato de Financiamento nº 09.2.1328-1, tendo sido este financiamento suplementar totalmente quitado em dezembro de 2010.

Desempenho Econômico-Financeiro

	2011		2010		Variação 2011/2010
	(R\$ mil)		(R\$ mil)		
Receita Operacional Bruta	249.438	120.999	106%		
Receita Operacional Líquida	224.171	108.685	106%		
EBITDA	92.728	31.611	193%		
Resultado do Serviço - EBIT	71.222	23.095	208%		
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	(47.466)	(27.893)	70%		
Lucro (Prejuízo) Líquido	15.599	(3.230)	583%		
Ativo Total	1.174.269	1.132.462	4%		
Patrimônio Líquido	473.894	363.859	30%		
Indicadores Econômicos					
Margem EBITDA	41,36%	29,08%	-		
Margem EBIT	31,77%	21,25%	-		
Margem Líquida	6,96%	(2,97%)	-		
Ações					
Valor Patrimonial da Ação (por Lote de mil ações)	1.014	981	3%		
Lucro (Prejuízo) Líquido por ação (R\$)	42,00	(8,77)	579%		
Distribuição de Dividendos e JSCP (R\$ mil)	2.033	-	-		

A movimentação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) está detalhada na tabela a seguir:

	2011		2010		Variação 2011/2010
	(R\$ mil)		(R\$ mil)		
Lucro Líquido	15.599	(3.230)	583%		
Imposto de Renda e CSLL - Corrente	8.157	(1.568)	620%		
Resultado Financeiro	47.466	27.893	70%		
Depreciação e Amortização	21.506	8.516	153%		
EBITDA	92.728	31.611	193%		

Dados do Investimento e Orçamento Operacional. O orçamento do empreendimento foi aprovado com o valor de R\$ 1.063 bilhões, dos quais, aproximadamente 51% correspondem ao contrato com o Consórcio de Empresas de Fornecedores de Serra do Fação - COFAC e os demais valores estão principalmente relacionados a custos socioambientais, administração do projeto e compra de aço, cimento e energia elétrica. Os custos ambientais, incluindo a indenização das propriedades atingidas, estão orçados em aproximadamente R\$ 301 milhões que correspondem a aproximadamente 28% do orçamento. O orçamento operacional para o exercício

de 2012 foi elaborado, projetando um resultado líquido anual de R\$ 18,7 milhões/ano, incluindo os custos Administrativos no valor de R\$ 421 mil/mês. Com relação aos dividendos, a princípio haverá o pagamento de 25% do resultado líquido de 2012, conforme limite pré-estabelecido no contrato junto ao BNDES, pagamento este que deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2013. O plano operacional para o exercício de 2012 foi aprovado pelo Conselho de Administração em fevereiro de 2012. **Aspectos Societais Ambientais.** Ao longo do desenvolvimento das atividades ambientais, todos os órgãos do IBAMA têm sido prontamente respondidos, garantindo a manutenção da Licença de Operação do Empreendimento, válida até novembro de 2013. Atualmente são executados 24 (vinte e quatro) Programas Ambientais sendo 21 (vinte e um) Programas Ambientais previstos na Licença de Operação que em sua maioria são de continuidade aos Programas Ambientais da Licença de Instalação e 05 (cinco) Programas Ambientais encerrados: Acompanhamento dos Direitos Minerários, Monitoramento do Lençol Freático, Limpeza da Bacia de Acumulação, Arqueológico e Reorganização da Infra-Estrutura e Apoio aos Serviços Municipais referentes as atividades remanescentes da Licença de Instalação. A SEFAC está atendendo as 34 condicionantes da Licença de Operação nº 895/2009-IBAMA, referentes a execução dos Programas Ambientais, sendo que o cumprimento e andamento dos programas é consolidado através do envio de relatórios anuais, cujo último relatório referente ao segundo ano consecutivo de operação comercial foi enviado e protocolado junto ao IBAMA em janeiro de 2012, conforme cronograma previsto. Destaca-se no período a indenização de aproximadamente 27,5 mil ha, correspondendo aos imóveis atingidos na área do reservatório e formação da Área de Preservação Permanente. **Benefícios Fiscais Levados aos Municípios e aos Estados de Goiás e Minas Gerais.** No período de operação da Usina em 2011, os Estados de Goiás e Minas Gerais, os municípios impactados pelo empreendimento, os ministérios de Meio Ambiente e de Minas e Energia e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) receberam a título de compensação financeira prevista em legislação específica, um valor de aproximadamente R\$ 3 milhões, sendo que, para o ano de 2012 há uma estimativa de R\$ 5 milhões referente a esta compensação. Com relação aos municípios, o valor a ser distribuído obedece dois critérios: o repasse por ganho de energia por regularização de vazão e o de área inundada pelo reservatório, quanto ao restante da distribuição, este rateio será efetuado com base em critério previamente estabelecido pela ANEEL com os respectivos percentuais de distribuição. **Operação da Usina e status das obras complementares.** Durante este ano ainda foram realizadas algumas atividades relacionadas às Obras Civis e Montagem. O objetivo principal da Administração é a conclusão dos serviços pendentes no contrato EPC e consequentemente o encerramento do contrato EPC junto ao COFAC (Consórcio de Empresas de Fornecedores de Serra do Fação) no exercício de 2012. Quanto às metas operacionais, o grande objetivo da Diretoria é administrar a usina de modo a manter o reservatório com o maior volume de água possível, para que seja maximizada a quantidade de energia a ser gerada em 2012, minimizando as compras de energia. **Perspectivas e Agradecimentos.** A operacionalização da Usina deverá continuar sendo efetuada em conformidade com as diretrizes, os cronogramas e os parâmetros operacionais definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade e os Acionistas, sendo que a Diretoria tem como seus objetivos, além da otimização dos resultados financeiros para o exercício de 2012, a contínua racionalização de custos através da introdução de procedimentos de otimização de recursos materiais e de pessoal, sem que seja alterado o padrão de atendimento às condicionantes sócio-ambientais presentes na licença de operação em vigor. Aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores internos e externos, Órgãos públicos, privados e as instituições financeiras, agradecemos o apoio e a confiança demonstrada ao longo deste período.

Rio de Janeiro - RJ, fevereiro de 2012
A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	2011		2010	
	Notas			
Atividades Operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		15.599	(3.230)	
Ajustes para reconciliar com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação	9	21.506	8.516	
Imposto de renda e contribuição social	18	8.157	(1.568)	
Despesa de juros - BNDES		48.341	24.760	
Despesa de juros		6.926	4.832	
Renda de aplicações financeiras		(8.408)	(4.832)	
Atualização monetária de provisões		242	-	
(Aumento) redução de ativos:				
Contas a receber		(3.645)	(20.367)	
Tributos e contribuições sociais		17.518	5.927	
Partes relacionadas		(537)	(92)	
Outros créditos		682	899	
Aumento (redução) de passivos:				
Fornecedores		(343)	1.702	
Tributos e contribuições sociais		(3.709)	(5.586)	
Encargos do consumidor a recolher		1.354	9.093	
Imposto de Renda E CSLL pagos		(1.546)	-	
Provisões		-	5.413	
Pagamentos de juros - BNDES	12	(24.478)	(3.169)	
Outros passivos		141	(1.320)	
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>77.800</u>	<u>20.978</u>	
Atividades de Investimento				
Cauções, depósitos vinculados		1.454	(1.814)	
Aplicações financeiras - Garantia BNDES		(22.343)	-	
No imobilizado	9;17	(21.569)	(122.025)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(42.458)</u>	<u>(123.839)</u>	
Atividades de Financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	96.368	
Captação de financiamento - BNDES	12	-	56.100	
Amortizações de principal - BNDES	12	(19.104)	(56.100)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(19.104)</u>	<u>96.368</u>	
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Equivalentes de Caixa		<u>16.238</u>	<u>(6.493)</u>	
No início do exercício		4	7.368	13.861
No fim do exercício	4	<u>23.606</u>	<u>7.368</u>	
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Equivalentes de Caixa		<u>16.238</u>	<u>(6.493)</u>	

SERRA DO FAÇÃO ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 07.727.966/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais)			
	Notas		
	2011	2010	
Receitas			
Venda de energia e serviços	16	249.438	120.999
Receitas relativas à construção de ativos próprios	9	34.195	118.336
		283.633	239.335
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Materiais, serviços de terceiros e outros			
	(165.983)	(168.707)	
	(165.983)	(168.707)	
Valor Adicionado Bruto	117.650	70.628	
Depreciação/Amortização	9	(21.560)	(8.516)
Valor Adicionado Líquido	96.144	62.112	
Valor Adicionado Transferido			
Receitas financeiras			
	9.723	4.915	
	9.723	4.915	
Valor Adicionado Total a Distribuir	105.867	67.027	
Distribuição do Valor Adicionado:			
Pessoal:			
Remunerações	2.515	2.500	
Encargos sociais (exceto INSS)	106	97	
Auxílio alimentação	106	84	
Convênio assistencial e outros benefícios	103	88	
Total	2.830	2.769	
Governo:			
INSS (sobre folha de pagamento)	528	553	
Imposto de renda e contribuição social	18	8.157	(1.568)
PIS/COFINS	16	23.064	11.217
Outros	16	26	-
Total	31.775	10.202	
Financiamentos:			
Juros e variações monetárias	55.267	56.877	
Aluguéis	396	409	
Total	55.663	57.286	
Acionistas:			
Lucros distribuídos	2.033	-	
Lucros (prejuízos) retidos (absorvidos)	13.566	(3.230)	
Lucro ou Prejuízo do exercício	15.599	(3.230)	
Valor Adicionado Total Distribuído	105.867	67.027	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL. A Serra do Fação Energia S.A. (a "Companhia" ou "SEFAC"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 20 de outubro de 2005 sob o razão social de România Participações S.A., tendo sido alterada através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2007. A Companhia tem por objetivo a exploração do potencial de energia hidráulica do Rio São Marcos, nos municípios de Catalão, Davinópolis, Campo Alegre, Ipameri e Cristalina, Estado de Goiás, e Paracatu no Estado de Minas Gerais, denominado Usina Hidroelétrica Serra do Fação ("UHE Serra do Fação"). A sede da Companhia está localizada na cidade de São Paulo - SP, na R. Alexandre Dumas, 2.100 - 13º andar. A UHE Serra do Fação tem potência instalada de 212,58 MW (2 turbinas com potência de 106,29 MW cada) e energia assegurada de 182,4 MW médios. A UHE Serra do Fação é constituída pela UHE Serra do Fação e pelo Sistema de Transmissão Associado, composto por uma subestação elevadora de 138 kV (da Usina) e duas linhas de transmissão de 138 kV, de interesse restrito à central geradora, com 32,5 km de extensão, que interliga a energia gerada pelas UG's ao SIN, Sistema Interligado Nacional, através da Subestação de Catalão da CELG. A concessão para produção de energia elétrica foi outorgada pelo Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 129/2001, assinado em 7 de novembro de 2001, que vigorará pelo prazo de 36 anos, a partir da data de sua assinatura, e que poderá ser prorrogado, com base no próprio contrato de concessão, de acordo com a cláusula segunda do referido contrato, mediante cumprimento dos requisitos e processos ali mencionados, tais como: relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante o requerimento prévio com antecedência de 36 meses antes do seu término. O Contrato de Concessão previa que a concessão para o aproveitamento hidroelétrico fosse exercida pelo Consórcio Grupo de Empresas Associadas Serra do Fação - Consórcio GEFAC. As empresas integrantes do Consórcio GEFAC formalizam requerimento à ANEEL para a transferência da concessão de geração para a România Participações S.A., anuída pela Resolução Autorizativa nº 814, de 14 de fevereiro de 2007. A referida Resolução prevê o encampamento, por parte das concessionárias envolvidas na operação, do Instrumento Particular de Distrito e de Extinção do Consórcio GEFAC, o qual ocorreu em 4 de abril de 2008, além da assinatura do termo aditivo ao Contrato de Concessão, no qual consta a referida transferência. A Companhia firmou contrato com o Consórcio de Empresas de Forneceoras de Serra do Fação - COFAC, para o fornecimento dos serviços de engenharia, suprimentos, materiais, equipamentos, transporte, construção e obras civis, montagem, testes, comissionamento, treinamento e demais atividades necessárias para a implantação da UHE Serra do Fação sob o regime de empreitada "Turn Key" a preço global e prazo determinado, conforme proposta consolidada do contratado, projeto básico consolidado e especificações técnicas consolidadas. O início do fornecimento dos serviços ocorreu em fevereiro de 2007 e tem previsão para término no primeiro semestre de 2012. Através do leilão para novos empreendimentos de geração de energia realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 16 de outubro de 2007 estão contratados 121 MW médios de energia, pelo preço de R\$131,49 (R\$161,58 atualizado até 31 de dezembro de 2011) e, através do Termo de Acordo firmado entre os acionistas da Companhia, foram vendidos à sócia Alcoa Alumínio S.A. (Alcoa), pelo mesmo valor firmado no leilão, 60 MW médios de energia. Em 11 de novembro de 2008, o referido Termo de Acordo foi aditado ficando acordado que 30 MW médios da energia disponibilizada à Alcoa, no total de 60 MW médios, seriam disponibilizados no mercado livre pelo prazo de 18 meses, contados a partir da entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora. Concomitantemente, a SEFAC outorgou uma opção de compra, pelo mesmo valor firmado no leilão, dos referidos 30 MW médios dentro dos mesmos prazos citados. Em 12 de dezembro de 2008, foi definido que cada acionista, exceto Alcoa, teria o compromisso de compra da energia remanescente do projeto na proporção de sua participação na Companhia. Os referidos contratos celebrados no Ambiente Regulado, de acordo com as regras do leilão foram celebrados com o período de suprimento da zero hora do dia 1º de janeiro do ano de 2012 e o término do suprimento às 24 horas do dia 31 de dezembro do ano de 2041, independentemente do prazo final da concessão, permissão ou autorização SEFAC terminar no ano de 2036. De acordo com as regras do Leilão 001/2007 e com base nos contratos estabelecidos junto aos clientes, contratos estes registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), na eventualidade de o prazo final da concessão ou autorização do comprador ou vendedor encerrar-se antes do término do período de suprimento, o sucessor da titularidade da respectiva concessão assumirá todas as obrigações e direitos previstos nos presentes contratos. Essa Operação, Após comissionamento dos equipamentos da Subestação de 138 kV, Serviços Auxiliares, turbinas, geradores, e satisfetivas todas as exigências legais, a UHE Serra do Fação iniciou a operação comercial da Unidade Geradora nº 01 em 13 de julho de 2010, autorizada através do Despacho ANEEL nº 2.001 em 12 de julho de 2010. A Unidade Geradora nº 02 teve sua operação comercial autorizada pela ANEEL em 7 de agosto de 2010, através do Despacho ANEEL nº 2274 de 6 de agosto de 2010. A partir dessas liberações, a SEFAC assumiu a operação da UHE Serra do Fação, sendo que a operação dos equipamentos dos grupos geradores, tomada d'água, vertedouro e subestação se fazem a partir da sala de controle. A SEFAC contratou a empresa Energisa Soluções S.A., especializada em operação de UHE's e Subestações, sendo estes serviços fiscalizados pela SEFAC que adicionalmente faz a gestão junto ao Órgão Gestor do Sistema, ONS e Órgãos reguladores governamentais, CCEE e ANEEL. Em julho de 2010 os seguros para a fase operacional e responsabilidade civil geral foram contratados pela SEFAC

para o período de 12 meses, sendo que em julho de 2011 foi efetuada nova contratação para os próximos 12 meses e assim sucessivamente será o processo de contratação de seguros. Todas as licenças ambientais requeridas foram obtidas antes do início da operação da UHE Serra do Fação. Desde a sua entrada em operação, a Companhia despachou a totalidade da energia que foi requerida, de acordo com a programação aprovada pelo ONS. (*) Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta capital circulante líquido superior a R\$4.693 milhões, sendo que o mesmo é proveniente de curto prazo dos empréstimos. A Administração, baseada nos contratos de venda de energia elétrica existentes, considera que a geração de caixa oriunda destas receitas operacionais previstas para os próximos meses será suficiente para quitar os compromissos de curto prazo da Companhia. (*) não examinado pelos auditores independentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. a) **Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Adicionalmente, a Companhia adota normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). b) **Base de elaboração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinação dos ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, quando aplicáveis. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base na moeda Real - R\$ como moeda funcional e de apresentação. A Companhia não possui outros resultados abrangentes e, por esse motivo, não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. a) **Caixa e equivalentes de caixa.** Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras resgatáveis a qualquer prazo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. b) **Contas a receber.** Engloba as contas a receber com suprimento de energia, faturado e não faturado, este por estimativa, acréscimos moratórios e outros, até o balanço, contabilizado com base no regime de competência. c) **Caução e depósitos vinculados.** Refere-se ao valor depositado como Garantia Financeira para obtenção de seguro fiança. Após seu reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. d) **Imobilizado.** Está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. O valor contábil líquido não excede o seu valor recuperável. Os custos incorridos na aquisição ou construção do imobilizado estão sendo depreciados desde o início das suas operações. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica os juros, os encargos financeiros e as variações monetárias relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado, quando da fase de construção da usina, estão registrados nesse grupo como custo. Conforme taxas de depreciação definidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009, alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de concessão e, portanto, ao término do período de 30 anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado. A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que no âmbito regulatório a ANEEL é o órgão competente para definir a vida útil e as respectivas taxas de depreciação dos bens, inclusive a ANEEL revisa de forma periódica a estimativa de vida útil dos ativos do setor elétrico e que a totalidade dos bens, que ainda permanecerem com valor residual ao final da concessão serão integralmente indenizados pelo poder concedente. Portanto, estes ativos não tiveram suas vidas úteis limitadas ao período de concessão. Caso a depreciação tivesse sido calculada com base no menor prazo entre a vida útil estimada e o prazo do contrato de concessão, o resultado do exercício seriam reduzidos em R\$17.167 e R\$7.127 respectivamente. e) **Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes.** São apresentados ao valor de custo, acrescidos das variações monetárias e dos rendimentos auferidos, e deduzidos da provisão necessária, quando aplicável, para refletir o valor de realização. f) **Financiamentos.** Os financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis) considerando a taxa efetiva das aplicações de recursos financeiros. Os financiamentos estão atualizados pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas do balanço e estão demonstrados na Nota 12. g) **Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes.** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos encargos de férias e folha de pagamento, é provisionado à medida que os serviços são efetivamente prestados. h) **Apuração do resultado.** O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes, incluindo ajustes quando aplicáveis, e os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização. i) **Recíproca operacional.** A partir de julho de 2010, até dezembro de 2011 a receita operacional é composta pelos contratos CCEAL (Ambiente de Contratação Livre) firmados entre a Companhia e seus acionistas, contabilizados com base no regime de competência. A partir de janeiro de 2012, até dezembro de 2041 a receita operacional é composta pelos contratos CCEAR (Ambiente Regulado) 121 MW médios e pelo contrato CCEAL (Ambiente de Contratação Livre) 60 MW médios e serão contabilizados com base no regime de competência. j) **Tributação e encargos do consumidor a recolher.** Compensação Financeira (CFURH); • A Compensação Financeira, instituída pela Constituição de 1988 e regulada pela Lei nº 7.900/89 e nº 8.001/90, é paga pelos detentores das concessões de usinas hidroelétricas aos Estados, aos Municípios e aos órgãos da administração direta da União, pela exploração dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O total a ser pago é calculado segundo uma fórmula padrão: 6,75% x energia gerada no mês x Tarifa Anual de Referência ("TAR"). Para o ano de 2011, a TAR foi definida em R\$68,34 MWh, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1096, de 14 de dezembro de 2010. Pesquisa & Desenvolvimento (P&D): • Conforme previsto no Contrato de Concessão, a Companhia deve aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, conforme o artigo 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento devem ser realizados do seguinte modo: • 40% dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; • 40% dos recursos devem ser destinados a execução de projetos de P&D regulado pela ANEEL; • 20% dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia. Taxa de Fiscalização da ANEEL (TFSEE): • A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE é um tributo pago por autoprodutores, produtores independentes e consórcios para a ANEEL exercer seu poder de fiscalização, fixado anualmente através de Despacho emitido pela ANEEL. Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição e Geração (TUSD.g): É um onerato legal do setor elétrico brasileiro que incide sobre os custos conectados aos sistemas elétricos das concessionárias de distribuição e geração. A TUSD.g é um dos componentes do preço nos contratos de energia elétrica de grandes consumidores de energia elétrica, especificamente no que diz respeito ao transporte desta energia no Sistema Interligado Nacional. k) **Uso do Bem Público (UBP):** O valor a pagar referente ao Uso do Bem Público ("UBP") é devido mensalmente a partir do início das operações. O Contrato de Concessão nº 129/2001, assinado em novembro de 2001, determina que a energia elétrica produzida pelo empreendimento seja comercializada pela Companhia, com vigor por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O Segundo Aditivo do Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de Uso do Bem Público - UBP (Concessão onerosa), a partir da entrada em operação da 1ª usina até novembro de 2036. O valor original total fixado pelo segundo aditivo do contrato é de R\$1.073.000,00 o qual vem sendo atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, até junho de 2011, e pela variação do IGP-M e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a partir de julho de 2011. O valor total atualizado e líquido de pagamentos em 31 de dezembro de 2011 é de R\$2.336.865 (R\$1.286.080

descontado a valor presente, na data do balanço, pela taxa de 5,74%). Os valores vêm sendo pagos mensalmente, desde julho de 2010, e são contabilizados diretamente no resultado operacional na rubrica Uso do Bem Público - UBP. A Administração entende que os pagamentos a título de Uso do Bem Público - UBP - constituem obrigação inserida no contrato de concessão, paga mensalmente enquanto a concessionária estiver na exploração do aproveitamento hidroelétrico. Tem a característica de uma taxa ou encargo setorial, tal como diversos outros, a exemplo da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH. Sobre a contabilização da UBP segundo as normas do CFC/IFRS, a Administração optou pela não contabilização dos pagamentos futuros a título de UBP como dívida e ativo intangível, influenciando o resultado da Companhia, mantendo o registro desses pagamentos como despesa operacional. l) **Disputas legais.** As provisões são constituídas com base na opinião da consultoria jurídica da empresa e de seus consultores legais externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. m) **Redução ao valor recuperável de ativos.** Ao fim de cada exercício, a Companhia verifica se há indicação de que seus ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (impairment). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado e o valor contábil dos bens é reduzido de forma a refletir o valor recuperável estimado. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se houver a contabilização de perda por redução ao valor recuperável, a mesma é reconhecida imediatamente no resultado. n) **Uso de estimativas.** O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia utiliza as seguintes estimativas e premissas, pelo menos, anualmente: o) **Ativos financeiros - Empréstimos e recebíveis.** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes, caução e depósitos vinculados e contas a receber de partes relacionadas) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. p) **Gastos com programas ambientais.** Os gastos ambientais relativos à manutenção da Licença de Operação são lançados a resultado quando incorridos. q) **Demonstração do valor adicionado.** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

	2011	2010
4. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA		
Caixa	644	589
Banco conta movimento	11	6.303
Aplicações financeiras	22.951	4.776
	23.606	11.668

As aplicações financeiras são compostas de títulos em CDB remunerados a 100% do CDI e estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem, nas datas dos balanços, o valor de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem perda de rendimento.

5. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Ativo		Passivo	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de Renda - IR	490	741	775	82
Contribuição Social - CSLL	71	530	217	-
ICMS	18	18	314	952
PIS	9.148	10.492	1	-
COFINS	42.147	48.325	-	-
INSS	-	-	144	138
FGTS	-	-	14	46
ISS	-	-	366	398
Outros	9	3	15	49
Total	51.877	60.109	1.846	1.664

Circulante 23.021 28.720 1.846 1.664
Não Circulante 28.856 31.389 - -

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos das aquisições de bens do ativo imobilizado relacionados ao custo do investimento Serra do Fação Energia S.A., conforme facultam as Leis nº 10.833/03 e nº 10.865/04. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de PIS e COFINS sobre o faturamento mensal às razões de 1/24 e 1/48.

6. APLICAÇÃO FINANCEIRA. a) **Conta reserva BNDES.** Representa a aplicação financeira no montante de R\$22.837, em 31 de dezembro de 2011, no Bradesco S.A., vinculada à garantia do empréstimo do BNDES (Nota 12). A aplicação de investimento tem estimativa de remuneração de 98,68% da variação do CDI no período. Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor desta conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. A aplicação financeira apresenta liquidez imediata, entretanto, está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento junto ao BNDES. b) **Garantia do contrato de O&M.** Representa a aplicação financeira no montante de R\$988, em 31 de dezembro de 2011 no Banco Bradesco S.A., vinculada à garantia do contrato de prestação de serviço de operação e manutenção com a Energisa. A aplicação tem estimativa de remuneração de 98,68% da variação do CDI no período. Durante todo o prazo do contrato com a Energisa, a Companhia deve manter em favor desta uma aplicação com recursos vinculados no valor correspondente a 3 parcelas do contrato. A aplicação financeira apresenta liquidez imediata, entretanto, está classificada como não circulante por estar vinculada ao contrato de financiamento junto ao BNDES.

7. TRIBUTOS DIFERIDOS. A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa. Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a Contribuição Social constituída à alíquota de 9%.

	Ativo		Passivo	
	2011	2010	2011	2010
Base de cálculo	705	176	8.126	2.031
Tributo diferido	2.632	658	2.261	565
Diferenças temporárias		834		2.596
Total	2.632	1.518	2.261	2.031

Imposto de renda: Prejuízos fiscais (2009/2010) 705 176 8.126 2.031
Diferenças temporárias 2.632 658 2.261 565
Total 2.632 834 2.261 2.596

Contribuição social: Base negativa (2009/2010) 705 63 8.126 732
Diferenças temporárias 2.632 237 2.261 203
Total 2.632 300 8.126 935

SERRA DO FAÇÃO ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 07.727.966/0001-74

8. CAUÇÃO E DEPÓSITOS VINCULADOS	2011	2010
Aporte DME Energética (a)	66.014	60.650
Seguro garantia CELG (b)	1.134	1.017
Depósito caução alugel imóvel (c)	325	291
Outros	-	43
	67.473	62.001

a) Aporte efetuado pela DME Energética S.A. para a Serra do Fação Energia S.A. para que esta adquira uma carta de fiança com o Banco Bradesco necessária para complementar as fianças exigidas como garantia para a liberação do financiamento obtido junto ao BNDES. Este montante corresponde à participação acionária (10,09%) da DME Energética S.A. na Companhia. Este montante encontra-se aplicado no Banco Bradesco, é remunerado por 100,5% do CDI e tem vencimento em março de 2013. b) Refere-se à caução constituída durante o exercício de 2010 em favor da CELG como seguro garantia pelo Contrato de Uso do Sistema de distribuição (CUSD), no montante de R\$1.134. Este montante encontra-se aplicado no Banco Bradesco, é remunerado por 100% do CDI e tem vencimento em março de 2012. c) Depósito Caução do Aluguel do Imóvel situado na Avenida das Américas 700, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, no montante de R\$325, iniciado no exercício de 2010. A aplicação no banco Bradesco é remunerada por 100% do CDI e tem vencimento em outubro de 2012.

9. IMOBILIZADO		2011		2010	
	Taxas Médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em serviço:					
Imobilização administração- Móveis e utensílios	10%	114	(27)	87	71
Máquinas e equipamentos	20%	185	(43)	142	150
Outros	10%	284	(75)	209	234
Imobilização operacional- Edificações, obras, benfeitorias, reservas, barragens e adutoras	2%	523.237	(15.393)	507.844	489.399
Terrenos		121.381	-	121.381	105.920
Veículos	20%	446	(136)	310	108
Móveis e utensílios	20%	20	(3)	17	19
Máquinas e equipamentos	2,9%	363.698	(14.430)	349.268	361.175
Total imobilizado em serviço		1.009.365	(30.107)	979.258	957.076
Imobilizado em curso		-	-	-	18.780
Imobilizado total		1.009.365	(30.107)	979.258	975.856

Imobilizações em serviço: Imobilização administração- Móveis e utensílios 10% 114 (27) 87 71 Máquinas e equipamentos 20% 185 (43) 142 150 Outros 10% 284 (75) 209 234 Imobilização operacional- Edificações, obras, benfeitorias, reservas, barragens e adutoras 2% 523.237 (15.393) 507.844 489.399 Terrenos 121.381 - 121.381 105.920 Veículos 20% 446 (136) 310 108 Móveis e utensílios 20% 20 (3) 17 19 Máquinas e equipamentos 2,9% 363.698 (14.430) 349.268 361.175 Total imobilizado em serviço 1.009.365 (30.107) 979.258 957.076 Imobilizado em curso - - - 18.780 Imobilizado total 1.009.365 (30.107) 979.258 975.856

Apresentamos abaixo a movimentação do imobilizado:

	2011	2010
Saldo inicial	975.856	907.775
Aquisições (*)	34.195	118.336
Depreciação	(21.506)	(8.516)
Encargos financeiros capitalizados	-	24.069
Transferência PIS e COFINS	(9.287)	(65.808)
Saldo final	979.258	975.856

(*) Referem-se a conclusão de obras realizadas durante o ano que não interferiram no funcionamento da Usina, bem como aquisição de terras (Área de Preservação Permanente - APP).

10. FORNecedores. A Companhia visando o encerramento do contrato com o COFAC (Consórcio de Empresas de Fornecedores de Serra do Fação) iniciou as negociações em outubro de 2010, tendo ocorrido diversas reuniões onde os pleitos têm sido colocados para discussão pelas partes. Até o presente momento, os valores de pleitos não estão concluídos, pois há ainda algumas comprovações para serem efetuadas pelas partes e principalmente as pendências relacionadas às atividades para conclusão da obra. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de fornecedores inclui o montante de R\$12.527 a pagar ao COFAC que na avaliação da administração reflete o valor máximo que resta as obrigações da Companhia com o Consórcio Construtor, conforme contrato celebrado entre as partes.

11. ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER	Passivo	
	2011	2010
Pesquisa e desenvolvimento	1.641	657
Uso do Bem Público (UBP)	7.790	7.152
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	95	193
Tarifa de uso do sistema de distribuição e geração - TUSDg	509	799
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	412	292
Total	10.447	9.093

Conforme determinado no Contrato de Concessão nº 129/2001 e seus aditivos, o encargo da Utilização do Bem Público (UBP), no valor total atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$2.336.865 (R\$1.286.080 descontado a valor presente, na data do balanço, pela taxa de 5,74%), é recolhida a União enquanto da exploração do Aproveitamento Hidroelétrico, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado pelo IGP-M (calculado pela Fundação Getúlio Vargas) tendo base inicial para o reajuste o mês de maio de 2001 (mês do início da concessão) comparado ao IGP-M do mês anterior à entrada em operação (junho de 2010). Conforme celebração do 3º Aditivo ao Contrato de Concessão nº 129/2001 junto à ANEL, a cláusula de reajuste da UBP passou a ser calculada através de dois índices a partir de julho de 2011, sendo: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (parcela de energia elétrica comercializada pela UHE Serra do Fação no Ambiente de Contratação Regulada - ACR) e Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M (parcela de energia elétrica comercializada no mercado livre). O referido termo aditivo foi assinado em 23 de maio de 2011. O índice de variação do IPCA acumulado até dezembro de 2011 foi de 6,5031% e o índice do IGP-M foi de 5,0977%. Em 31 de dezembro de 2010 a UBP era atualizada somente pelo índice IGP-M, cuja variação no ano foi de 11,32% e a variação do IPCA foi de 5,91%.

12. FINANCIAMENTOS	Taxa anual de juros	2011	2010
BNDES Moeda nacional	TJLP + 2,26% a.a.	520.189	520.189
Pagamento		(43.582)	-
Juros		117.392	69.051
Total		593.999	589.240
Circulante		85.088	43.582
Non circulante		508.911	545.658

A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 15 de abril de 2009, no montante de R\$520.000, destinado à implantação da UHE Serra do Fação. O montante total liberado foi de R\$520.189. O referido financiamento possui prazo de carência de 26 meses e está sendo amortizado em 192 (cento e noventa e duas) parcelas mensais e sucessivas, contemplando principal e juros em cada parcela, sendo que o início do pagamento ocorreu em 15 de julho de 2011. Em fevereiro de 2010 foi aprovado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES um crédito suplementar no valor de R\$56.100. O referido financiamento possuía prazo de carência de 6 meses e foi amortizado em 5 parcelas mensais e sucessivas no período de agosto a dezembro de 2010. Os montantes para pagamento a longo prazo do empréstimo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

A partir de janeiro de 2013	81.486
2014	78.413
2015	75.434
2016	72.438
2017	69.252
2018 a 2027	131.888
	508.911

O Financiamento é garantido por: a) Cessão fiduciária de direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 129/2001; b) Penhor de ações da

Companhia, dada pelos acionistas Alcoa Alumínio S.A. e Camargo Corrêa Energia S.A.; c) Fianças concedidas pelos acionistas Alcoa Alumínio S.A. e Camargo Corrêa S.A.; e d) Fianças bancárias prestadas pelo Banco Bradesco S.A. e pelo BES Investimento do Brasil S.A. Adicionalmente, de acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender durante o período de amortização do contrato, que se iniciou em julho de 2011, o seguinte índice financeiro: • Índice de cobertura da dívida - Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos das transações com partes relacionadas são compostos como segue:

	2011				2010			
	Con-receber	Ativo não circulante	Dividendos Declarados	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Receita operacional	Despesa financeira	Receita operacional	Despesa financeira
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
DME Energética S.A.	2.114	2.165	205	67.577	25.078	6.926	-	-
Alcoa Alumínio S.A.	8.292	-	711	-	87.172	-	-	-
Camargo Corrêa Energia S.A.	1.262	-	111	-	13.599	-	-	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	12.344	378	1.006	-	123.032	-	-	-
	24.012	2.543	2.033	67.577	248.881	6.926	67.577	248.881

	2010				2010			
	Con-receber	Ativo não circulante	Dividendos Declarados	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Receita operacional	Despesa financeira	Receita operacional	Despesa financeira
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
DME Energética S.A.	2.062	1.115	-	70.372	12.234	4.832	-	-
Alcoa Alumínio S.A.	7.131	-	-	33.703	42.317	-	-	-
Camargo Corrêa Energia S.A.	1.115	-	-	5.266	6.618	-	-	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	10.059	891	-	47.677	59.690	-	-	-
	20.367	2.006	-	157.018	120.859	4.832	157.018	120.859

a) O prazo médio de vencimento do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2011 é de 15 dias. A Companhia entende não haver necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos sobre o saldo das contas a receber, considerando não haver risco relevante de perdas com esses créditos. b) Os saldos registrados no ativo não circulante, nos montantes de R\$2.165 e R\$811,15 e R\$891 em 31 de dezembro de 2010, são relativos a seguro fiança da Companhia reembolsáveis pela DME Energética S.A. e por Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente. O vencimento é em junho de 2012 e não sofrem incidência de encargos financeiros. c) Apresentamos abaixo a movimentação dos adiantamentos para futuro aumento de capital:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	157.018
Integralização de capital da Alcoa Alumínio S.A.	(33.703)
Integralização de capital da Furnas Centrais Elétricas S.A.	(47.677)
Integralização de capital da DME Energética S.A.	(9.721)
Correção monetária da DME Energética S.A.	6.926
Integralização de capital da Camargo Corrêa Energia S.A.	(5.266)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	67.577

Em 31 de dezembro de 2011, não havia garantia de capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital, portanto a Administração optou por mantê-los registrados no passivo não circulante. Os acionistas Alcoa Alumínio S.A. e Camargo Corrêa S.A. concederam fianças como garantia ao financiamento obtido junto ao BNDES (Nota 12) sem custos para a Companhia. O pessoal-chave da administração incluí os conselheiros e diretores. A remuneração paga por serviços de administradores está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Honorários	1.317	1.827
Encargos sociais	263	380
	1.586	2.207

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. a) Capital social. Em 31 de dezembro de 2011 o capital social, no valor de R\$4847.368, é representado por 467.368.000 ações, sendo 377.240.104 ordinárias e 90.127.896 preferenciais (em 31 de dezembro de 2010, o capital social, no valor de R\$370.899.999, é representado por 370.899.999 ações, sendo 299.355.858 ordinárias e 71.544.141 preferenciais), nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. A totalidade das ações preferenciais são detidas pela acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém, têm prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia e têm direito a um dividendo fixo de R\$0,03 (três centavos de real) por lote de 1.000 ações. O capital social da Companhia em dezembro de 2011 é assim composto:

	Quantidade de ações	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	141.096.381	90.127.896	231.224.277	49.47	
Alcoa Alumínio S.A.	163.455.882	-	163.455.882	34,97	
DME Energética S.A. (*)	47.146.692	-	47.146.692	10,09	
Camargo Corrêa Energia S.A.	25.541.149	-	25.541.149	5,47	
	377.240.104	90.127.896	467.368.000	100,00	

(*) A DME Energética S.A. é controlada pela DME Poços de Caldas Participações S.A., cujo único acionista é o Município de Poços de Caldas (MG). b) Reserva legal. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. c) Dividendos mínimos declarados aos acionistas calculados após os lucros acumulados conforme movimentação abaixo: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Prejuízo Acumulado em 31 de dezembro de 2010	(7.040)
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2011	15.599
(-) Reserva Legal (5%)	(428)
Base para cálculo de Dividendos	8.131
Alcoa Alumínio S.A.	(7.111)
Furnas Centrais Elétricas S.A.	(1.001)
DME Energética S.A.	(205)
Camargo Corrêa Energia S.A.	(111)
Total de dividendos a distribuir	2.033

d) Reserva para investimentos. A Administração baseada nos orçamentos de capital optou por destinar os lucros remanescentes após a constituição dos dividendos mínimos obrigatórios para reserva de lucros para investimentos. Esta destinação está sujeita a ratificação dos acionistas na Assembleia Geral.

15. PROVISÕES	2011	2010
IBAMA - Compensação Ambiental (a)	3.152	3.152
IBAMA - Estratificação do Reservatório (b)	2.500	2.261
Contingência Trabalhista (c)	116	-
	5.768	5.413

a) A Companhia adotou como prática o reconhecimento da provisão para compensação ambiental ao término da construção da UHE Serra do Fação, sendo o débito registrado como custo de imobilizado e incluído no pro-

cesso de utilização dos bens. b) Refere-se a dois autos de infração emitidos pelo IBAMA em junho de 2010 e estão relacionados a mortandade de peixes. c) Refere-se a recurso administrativo relacionado ao recolhimento de FGTS para prestadores de serviços contratados como pessoa jurídica. A Companhia tem ações de natureza trabalhista e civil envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação dos advogados da empresa e de seus consultores legais externos, para os quais não há provisão constituída com os valores envolvidos de R\$585 e de R\$1.190 respectivamente.

16. RECEITA. A seguir, a análise da receita da Companhia no período para operações continuadas:

	2011	2010
Suprimento de energia	248.881	120.859
Energia de curto prazo - COEE	165	140
Outras receitas	381	-
Total da receita bruta	249.438	120.999

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	2011	2010
Receita bruta	249.438	120.999
Menos:		
PIS	(4.114)	(2.000)
COFINS	(18.950)	(9.217)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.177)	(1.097)
Outros	(26)	-
Receita líquida	224.171	108.685

Para fins de comparação, os valores da receita no ano de 2010 informados acima correspondem ao período de julho a dezembro de 2010, uma vez que a geração comercial deu início em julho de 2010.

17. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa:

	2011	2010
Capitalização de AFAC	96.469	56.899
Compensações de PIS e COFINS	23.064	4.555
Aquisições de imobilizado financiadas	13.609	983

Em 29 de dezembro de 2011 a Companhia teve seu capital social aumentado em R\$96.469 com integralização e capitalização de adiantamentos para futuros aumentos de capital recebidos durante o exercício de 2010.

18. CONCILIAÇÃO DE TRIBUTOS NO RESULTADO. A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2011	2010
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	23.756	(4.798)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	(8.077)	1.631
Efeito das despesas indutíveis na apuração do Lucro Tributável	(80)	(63)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	(8.157)	1.568
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.760)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.397)	1.568

A alíquota utilizada na conciliação de 2011 apresentada anteriormente é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS. a) Categorias de instrumentos financeiros

	2011	2010
Ativos financeiros		
Receíveis:		
Contas a receber	24.012	20.367
Cauções e depósitos vinculados	67.473	62.001
Partes relacionadas	2.543	2.006
	94.028	84.374
Valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa	23.606	7.368
Aplicação financeira	23.825	-
	47.431	7.368

Passivos financeiros

	2011	2010
Fornecedores	18.145	5.862
Financiamentos	563.939	589.240
	612.144	595.102

b) Riscos de mercado. A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

b.1) Riscos relacionados às aplicações financeiras. A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários. b.2) Risco de taxa de juros e índices flutuantes. A receita da Companhia é vinculada à correção anual do IPCA e do IGP-M. Nos empréstimos da Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP). Até dezembro de 2011, a Companhia não adotou o procedimento de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. Adicionalmente, a Companhia possui um compromisso de pagar o UBP, cuja indexação está atrelada à variação do IPCA e IGP-M. b.3) Análise de sensibilidade da taxa de juros. Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos no seu resultado de curto prazo. Se as taxas de juros fossem 25% mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2011 diminuiria em R\$12.085. c) Riscos hidrológicos. De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo a UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega de energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os seus resultados financeiros futuros. d) Valor justo dos instrumentos financeiros. Os valores registrados no ativo circulante e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os valores das aplicações finance

SERRA DO FAÇÃO ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 07.727.966/0001-74

A cobertura de seguros da Companhia está demonstrada conforme quadro a seguir:

Ativo	Tipo de cobertura	Vigência	Limite Máximo de Indenização - R\$000
UHE Serra do Fação S.A.	Seguro - Responsabilidade Civil	8/6/2011 a 8/6/2012	18.658
UHE Serra do Fação S.A.	Seguro - Responsabilidade Civil	14/7/2011 a 14/07/2012	20.000
UHE Serra do Fação S.A.	Seguro - Risco operacional	14/7/2011 a 14/7/2012	591.657
UHE Serra do Fação S.A.	Seguro - Multi Riscos - Empresarial Escritório RJ	16/11/2011 a 16/11/2012	404
UHE Serra do Fação S.A.	Seguro - Multi Riscos - Empresarial Escritório GO	16/11/2011 a 16/11/2012	541

21. COMPROMISSOS. Em abril de 2010, a Companhia firmou contrato com a Energisa Soluções S.A. para a prestação de serviços de operação e manutenção, com prazo de 36 meses e valor global histórico de R\$11.175, atualizado monetariamente pelo IPCA. O saldo do contrato atualizado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$4.823. O valor gasto em Projetos Ambientais em 2011 foi de R\$10.906 e os valores estimados para 2012 e 2013 são respectivamente R\$9.000 e R\$7.000. O empreendimento está Ambientalmente Licenciado através da Licença de Operação nº 995/2009-IBAMA com validade por 4 anos, e está atendendo as 34 condicionantes referentes à execução dos Programas Ambientais. O cumprimento e andamento dos programas é consolidado através do envio de relatórios anuais, cujo último relatório referente ao segundo ano consecutivo de operação comercial foi enviado e protocolado junto ao IBAMA, conforme cronograma previsto. Os Programas Ambientais vigentes estão relacionados conforme quadro a seguir.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

TITULARES:
Márcio Antônio Arantes Porto,
Victor Albano da Silva Esteves, Ricardo de Barros Moraes Sayão, Carlos Eduardo Mahfuz, Jacomias de Aguiar, Otávio Freitas Ferreira.

SUPLENTES:
Clóvis Hartly de Deus Ribeiro, Wellington Lima Cristiano,
Dário Almeida Albagli, Ricardo Fernandes,
Roberto Alves de Almeida, Cid Alvim Lopes Resende.

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Bueno Guimarães - Diretor Presidente,
Odair Batista Carvalho - Diretor Administrativo Financeiro,
Patrícia Nogueira de Souza Poliate - Contador - CRC RJ-095769/O-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Serra do Fação Energia S.A. São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Serra do Fação Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras. Direito de outorga ou direito de concessão - Uso do Bem Público "UBP".** Conforme mencionado na Nota explicativa nº 3.k, a Companhia não registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público ("UBP"). O registro contábil vem sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais, iniciadas em julho de 2010. Entendemos que o registro da obrigação do UBP deve ser efetuado em contrapartida ao ativo intangível (direito de concessão) desde a data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011, os saldos de obrigações a pagar e do ativo intangível (direito de concessão) estão a menor em R\$1.296.080 mil e R\$1.117.285 mil (R\$1.237.337 mil e R\$1.162.128 mil em 2010), respectivamente, e o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão a maior em R\$168.795 mil e R\$93.584 mil (R\$75.211 mil em 2010), respectivamente, sem considerar os efeitos tributários. **Cálculo da depreciação.** O contrato de concessão da Companhia foi assinado na modalidade de Uso do Bem Público e sob a égide do Decreto nº 2003, do Governo Federal, de 10 de setembro de 1996. Este Decreto, especificamente no artigo 20, parágrafo 1º, estabelece que para a determinação do montante da indenização a ser paga no vencimento da concessão, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente. Conforme mencionado na Nota explicativa nº 3.d as demonstrações financeiras, a Companhia vem registrando a despesa de depreciação do valor do projeto original do empreendimento sem considerar a limitação do prazo da concessão. Nesta situação, entendemos que o reconhecimento da despesa de depreciação deve ser feito utilizando a vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado ou prazo da concessão, dos dois o menor,

Programas Básicos Ambientais

Prog. 01 - Climatológico
Prog. 02 - Prog.Limnologia e da Qualidade de Água
Prog. 03 - Hidrosedimentologia
Prog. 04 - Sismologia
Prog. 05 - Erosão
Prog. 06 - Lençol Freático
Prog. 07 - Direitos Minerários
Prog. 08 - Limpeza da Bacia de Acumulação
Prog. 09 - Programa de Conservação da Fauna e Flora
Prog. 10 - Circulação de Fauna
Prog. 11 - Conservação de Lictofauna
Prog. 12 - Gestão Patrimonial
Prog. 13 - Recomposição Vegetal
Prog. 14 - Prog. de recuperação das Áreas Degradadas
Prog. 15 - Prog. Compensação Ambiental
Prog. 16 - Comunicação Social
Prog. 17 - Educação Ambiental
Prog. 18 - Indenização e Remanejamento
Prog. 19 - Reorganização Infraestrutura - Relocação Linha Distribuição
Prog. 20 - Saúde e Controle de Vetores
Prog. 21 - Patrimônio Arqueológico
Prog. 22 - Preservação do Patrimônio Histórico Cultural
Prog. 23 - Gestão Ambiental (Operação do SIG)
Prog. 24 - Reserva Legal

A Serra do Fação Energia S.A. está analisando as eventuais alterações no novo Código Florestal e sua Administração até o momento entende que não haverá impactos decorrentes deste novo Código, caso este venha a ser aprovado e sancionado.

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2012.

ou seja, a depreciação deve ser registrada pelo prazo de recuperação do investimento relativo ao projeto original. Consequentemente, os saldos do ativo imobilizado e do patrimônio líquido estão a maior em R\$17.167 mil (R\$10.040 mil em 2010) e o resultado do exercício está a maior em R\$7.127 mil (R\$10.040 mil em 2010), respectivamente, sem considerar os efeitos tributários. **Opinião com ressalvas.** Em nossa opinião, exceto pela falta do registro da obrigação a pagar do direito de exploração de Uso do Bem Público e dos efeitos do cálculo das depreciações do ativo imobilizado descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra do Fação Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado.** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pela falta do registro da obrigação a pagar do direito de exploração de Uso do Bem Público e dos efeitos do cálculo das depreciações do ativo imobilizado descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Antônio Carlos Brandão de Sousa
Auditores Independentes Contador
CRC 2SP 011.609/O-8 CRC 1RJ 65.976/O-4 "S" SP

Branave S/A - Transportes Fluviais

CNPJ: 93.032.738/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, e que serão submetidas à assembleia geral. Permanecemos à disposição de V. Sas. para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em Reais)					Demonstração do resultado	
ATIVO	2011	2010	2011	2010	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 E 2010 (Em reais)	
Circulante					2011	2010
Caixa e Bancos	0	84	Impostos e contribuições a recolher	4.442	399.841	378.417
Total do ativo circulante	0	84	Outras contas a pagar	461	(36.985)	(36.545)
Não circulante			Imposto de renda a pagar	5.969	362.856	341.872
Partes relacionadas	1.507.321	1.280.077	Contribuição social a pagar	3.871	Receitas (Despesas)	
Imobilizado	0	1.532	Total do passivo circulante	14.743	Administrativas	(72.697)
Intangíveis	9.691	11.121	Patrimônio Líquido		Depreciações e amortizações	(1.532)
Total do ativo não circulante	1.517.012	1.292.730	Capital Realizado	100.000	Resultados financeiros líquidos	13.528
Total do Ativo	1.517.012	1.292.814	Reserva de Capital/Corr. Monetária	802.077	Baixa de bens ativos	(11.430)
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			Resultados Acumulados (Prejuízo)	600.192	total das despesas líquidas	(62.131)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2011 E 2010			Total do patrimônio líquido	1.502.269	Lucro operacional	300.725
cap. social	res. capital	lucros acum.	Total do Passivo	1.517.012	Imposto de renda e contribuição social	(78.834)
Saldo em 31/12/2009	100.000	802.077	1.517.012	1.292.814	Lucro líquido do exercício	221.891
Lucro líq. do exercício	0	225.184	DIRETORIA			
Saldo em 31/12/2010	100.000	802.077	Ronaldo Andreis Jeffrey Smith - Diretor			
Lucro líq. do exercício	0	221.891	Ary Serepa Júnior - Diretor			
Saldo em 31/12/2011	100.000	802.077	Márcia Aparecida C. Lopes - contadora - CRC 1SP 129.863/O-9			
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONST. FINANCEIRAS EM 31/12/2011						
Nota 1. Contexto Operacional: A sociedade tem por fins e objetivos navegação interior, fluvial e lacustre, no transporte de carga em geral, containers, graneis sólidos, produtos petroquímicos, óleos vegetais à granel, transbordo de mercadorias e agenciamento. Nota 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº 449 (convertida na Lei 11.941/2009) de 03 de dezembro de 2008. Nota 3. Principais Práticas Contábeis: a) De acordo com Lei nº 9.249/95, não prevêm o reconhecimento dos efeitos inflacionários, que até 31 de dezembro de 1995 foram reconhecidos com base na variação da Unidade Fiscal de Referência. b) Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. c) O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e de reavaliação espontânea ajustada por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, observando-se que no exercício financeiro de 2011, houve cálculo da depreciação, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue: -Equipamentos Portuários 5% a.a.						
Nota 4. A Companhia enfrenta duas ações de execução financeira em conjunto com outra empresa de navegação:						
Processo	Valor	Ação ajuizada em				
2003.51.01.019416-1	R\$ 3.468.517,67	21.08.2005				
2008.51.01.021380-3	R\$ 8.269.589,37	14.11.2008				
A Companhia discute judicialmente o mérito destes processos. Nota 5. Capital Social: O capital social é representado por R\$ 100.000, sendo 21.000 ações ordinária nominativas e 42.000 referendárias nominativas.						

COMPANHIA AGRICOLA, ADMINISTRADORA, COMERCIAL E INDUSTRIAL "CAACI"

CNPJ/MF 01.066.728/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Apresentamos a V.Sas., o extrato das demonstrações financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2011. Colocamos à disposição dos interessados a sua versão detalhada. A Administração. São Paulo, Março de 2012

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em R\$)				Demonstração dos Fluxos de Caixa			
ATIVO	2011	2010	2011	2010	Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em R\$)		
Circulante	161.642.113	170.065.105	PASSIVO	161.642.113	170.065.105	2011	2010
Disponibilidades	4.029.038	4.799.200	Circulante	1.165.139,81	853.428,28	Fluxo de Caixa Proveniente das Operações	654.033
Títulos a Receber	1.877.234	3.118.997	Não Circulante			Nas operações	526.473
Outras			Exigível a Longo Prazo			De Terceiros	127.560
Não Circulante	2.151.804	1.680.203	Patrimônio Líquido	160.476.974	169.211.676	Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades	1.735.906
Realizável a Longo Prazo	6.860.517	5.488.015	Saldo no Início do Exercício	72.001.598	63.293.952	No Realizável	737.552
Investimentos	150.752.558	159.777.890	Resultado Líquido do Exercício	12.490.746	9.576.406	Outras Aplicações	998.355
Demonstração do Resultado dos Exercícios				Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados			
Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em R\$)				Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em R\$)			
	2011	2010		2011	2010	A DIRETORIA	
Resultado Operacional	13.419.239	10.115.677	Saldo no Início do Exercício	72.001.598	63.293.952	José Roberto Alves	
Resultado Antes de Impostos sobre a Renda	13.176.964	10.147.267	Dividendos Pagos	(998.355)	(868.760)	CRC 1SP 132.522/O-1	
Resultado Líquido do Exercício	12.490.746	9.576.406	Saldo no Final do Exercício	83.493.989	72.001.598		